



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
SEFA / PA - 2002

**Fiscal de Tributos
Estaduais**

**Auditoria
Fiscal**

a.3

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 3h30min**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 50**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.9 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Esta prova está assim constituída:

Disciplinas	Questões	Peso
Direito Tributário	01 a 20	2
Contabilidade Avançada	21 a 50	

Boa Prova

DIREITO TRIBUTÁRIO

01- Os princípios da _____¹ e da _____² não se aplicam aos impostos sobre: importação de produtos estrangeiros; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; produtos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

- a) ¹ estrita reserva legal, ² anterioridade
- b) ¹ isonomia, ² irretroatividade da lei
- c) ¹ uniformidade da tributação, ² capacidade contributiva
- d) ¹ igualdade tributária, ² liberdade de tráfego
- e) ¹ vedação de tributo confiscatório, ² transparência dos impostos

02- A Constituição Federal atribui aos Estados a competência para a instituição de:

- a) taxas, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios.
- b) contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas, contribuições de melhoria e taxas.
- c) contribuições sociais relativas à seguridade social, contribuições de melhoria e taxas.
- d) pedágios, empréstimos compulsórios e imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- e) contribuições de intervenção no domínio econômico, pedágios e imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens e direitos.

03- A não-incidência de impostos sobre as autarquias e as fundações públicas, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes, resulta de:

- a) remissão
- b) anistia
- c) isenção
- d) imunidade
- e) moratória

04- Identifique, nas opções abaixo, o tributo cujo fundamento ético-jurídico é o não enriquecimento injusto.

- a) imposto
- b) taxa
- c) empréstimo compulsório
- d) contribuição social
- e) contribuição de melhoria

05- Tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte:

- a) imposto
- b) taxa
- c) contribuição de melhoria
- d) pedágio
- e) preço público

06- A Constituição Federal atribui a denominada competência residual ou remanescente, quanto aos impostos _____¹, e, no que se refere às taxas e às contribuições de melhoria, _____².

- a) ¹ aos Estados-membros, ² à União
- b) ¹ à União, ² aos Municípios
- c) ¹ ao Distrito Federal, ² aos Estados-membros
- d) ¹ à União, ² aos Estados-membros
- e) ¹ aos Estados-membros, ² aos Municípios

07- Prestam-se a adensar a disciplina constitucional conferida ao sistema tributário e a criar certos tributos:

- a) normas complementares
- b) decretos
- c) tratados internacionais
- d) leis ordinárias
- e) leis complementares

- 08- No Brasil, persiste controvérsia doutrinária sobre se, por meio de leis delegadas, podem ser instituídos tributos. A Constituição Federal, todavia, veda expressamente a utilização de tais normas jurídicas para a criação de:
- a) taxas
 - b) contribuições de melhoria
 - c) empréstimos compulsórios
 - d) contribuições sociais
 - e) pedágios
- 09- Os acordos sobre dupla tributação internacional, como todos os tratados que requerem aprovação congressional, começam a vigorar no ordenamento jurídico interno brasileiro
- a) com a aprovação do projeto de acordo internacional pelo Congresso Nacional, que o faz por meio de decreto legislativo.
 - b) com o início da vigência dos decretos que os promulgaram.
 - c) com a troca dos instrumentos de ratificação.
 - d) com a assinatura do projeto de acordo internacional.
 - e) com a rubrica do texto convencional, feita pelos chefes das delegações nacionais.
- 10- A analogia constitui elemento de
- a) integração da legislação tributária.
 - b) interpretação da legislação tributária.
 - c) exclusão do crédito tributário.
 - d) suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
 - e) extinção do crédito tributário.
- 11- Publicada lei que institua ou majore contribuição social para a seguridade social, poderá ser aplicada somente
- a) no exercício financeiro seguinte.
 - b) decorrido o prazo de três meses.
 - c) decorrido o prazo de noventa dias.
 - d) decorrido o prazo de quarenta e cinco dias.
 - e) decorrido o prazo de trinta dias.
- 12- De acordo com o Código Tributário Nacional, a obrigação que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de penalidade pecuniária é denominada:
- a) indireta
 - b) secundária
 - c) punitiva
 - d) acessória
 - e) principal
- 13- Sujeito passivo da obrigação tributária acessória é a pessoa
- a) obrigada a pagar a prestação pecuniária compulsória.
 - b) obrigada às prestações no interesse da arrecadação e da fiscalização.
 - c) obrigada a pagar o tributo estabelecido em lei ordinária.
 - d) que determina a matéria tributável.
 - e) que quantifica o montante do tributo devido.
- 14- Relativamente aos efeitos da solidariedade tributária passiva, é correto afirmar que
- a) o pagamento feito por apenas um dos obrigados não aproveita aos demais.
 - b) a isenção objetiva aproveita a todos.
 - c) a remissão concedida pessoalmente a um dos obrigados aproveita aos demais.
 - d) a interrupção da prescrição contra um dos coobrigados atinge a todos os demais.
 - e) não se aplicam aos responsáveis tributários.
- 15- O ato ou procedimento administrativo de lançamento tem as finalidades abaixo, exceto
- a) identificar o sujeito passivo da obrigação tributária.
 - b) determinar a matéria tributável.
 - c) quantificar o montante do tributo devido.
 - d) verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária.
 - e) ensejar o nascimento da obrigação tributária.

- 16- O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo poderá ser alterado em decorrência de
- a) transferência da sujeição passiva a pessoa isenta.
 - b) majoração superveniente das alíquotas do tributo.
 - c) modificação posterior da lei tributária.
 - d) interposição de recurso de ofício.
 - e) decurso do prazo decadencial.
- 17- Será suspensa a exigibilidade do crédito tributário no caso de
- a) parcelamento
 - b) isenção
 - c) remissão
 - d) decadência
 - e) compensação
- 18- É correto afirmar que, por meio da _____, opera-se a dispensa legal de pagamento do tributo devido, pressupondo crédito tributário regularmente constituído.
- a) isenção
 - b) prescrição
 - c) remissão
 - d) anistia
 - e) decadência
- 19- É vedada a divulgação, por servidores da Fazenda Pública, de informações obtidas em razão do ofício relativas a
- a) parcelamento.
 - b) moratória.
 - c) representações fiscais para fins penais.
 - d) negócios, atividades e situação econômica do sujeito passivo.
 - e) inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- 20- A presunção de liquidez e certeza de que goza a dívida regularmente inscrita na repartição administrativa competente, de natureza tributária ou não tributária, é:
- a) absoluta
 - b) relativa
 - c) inexistente
 - d) imprópria
 - e) *juris et de jure*

CONTABILIDADE AVANÇADA

Com os saldos finais das contas da Cia. Tocantins referentes aos exercícios de 1999 a 2001, responder às questões de números 21 a 30.

Saldos Finais	1999	2000	2001
Amortizações Acumuladas	3.000	4.000	5.000
Aplicações Financeiras Temporárias	18.000	23.000	16.000
Caixa e Bancos	5.000	8.000	10.000
Capital Social	50.000	50.000	60.000
Clientes	30.000	57.000	63.000
Contas a Pagar	14.000	25.000	15.000
Créditos de Coligadas	10.300	28.570	29.870
Custo das Mercadorias Vendidas	430.000	741.000	850.000
Depreciações Acumuladas	7.000	16.000	27.300
Despesas de Amortizações	1.000	1.000	1.000
Despesas de Variação Cambial	0	20.000	3.000
Despesas Administrativas	260.000	312.000	521.000
Despesas c/ Devedores Duvidosos	300	570	630
Despesas de Depreciação	7.000	9.000	11.300
Despesas de Juros	8.000	28.000	10.000
Despesas de Vendas	150.700	168.430	324.070
Dividendos a Pagar	2.000	3.500	2.500
Duplicatas Descontadas	20.000	40.000	50.000
Edificações	20.000	20.000	25.000
Empréstimos de Longo Prazo	25.000	52.000	55.000
Estoques	16.000	13.000	28.060
Fornecedores	23.000	18.500	28.500
Gastos Pré-Operacionais	6.000	6.000	6.000
Instalações	4.000	6.000	8.000
IR e Contribuição Social Provisionados	2.000	5.500	2.500
Juros a Pagar	4.000	11.500	8.000
Lucros/Prejuízos Acumulados	4.000	7.000	10.000
Participações Societárias	10.000	30.000	29.000
PDD	300	570	630
Provisão p/ IR e Contribuição Social	2.000	5.500	2.500
Receita de Juros	15.000	22.000	2.000
Reserva de Lucro	0	10.000	2.000
Reserva de Reavaliação	0	5.000	5.000
Resultado de Equivalência Patrimonial	0	10.000	1.000
Terrenos	35.000	40.000	45.000
Títulos a Pagar de Curto Prazo	20.000	15.000	28.500
Veículos	20.000	32.000	40.000
Vendas	850.000	1.270.000	1.730.000

Outras Informações:

I - Imposto de Renda e Contribuição Social calculados pela alíquota de 25%

II - Os Lucros Líquidos apurados nos períodos explicitados são, respectivamente:

1999	2000	2001
6.000	16.500	7.500

21- O valor Capital Circulante Líquido do exercício de 2001 é

- a) menor que o de 1999.
- b) 10% maior que o de 2000.
- c) de valor idêntico ao de 1999.
- d) igual ao apurado em 2000.
- e) menor que o apurado em 2000.

22- O valor do índice de Liquidez Seca para os períodos em análise é:

	<u>1999</u>	<u>2000</u>	<u>2001</u>
a)	0,45	0,65	0,40
b)	0,50	0,60	0,45
c)	0,55	0,55	0,50
d)	0,60	0,50	0,55
e)	0,65	0,45	0,60

23- Tomando como base os valores relativos ao índice de participação do Capital de Terceiros em cada um dos períodos, pode-se afirmar que

- a) o valor deste índice no ano de 2000 é 30% maior que o apurado em 2001.
- b) o maior valor apurado neste índice é o relativo ao ano de 1999.
- c) o índice do ano de 2001 é 50% maior que o do ano 2000.
- d) o menor valor apurado neste índice foi no ano de 2001.
- e) o valor apurado neste índice em 2001 é igual ao do ano anterior.

24- O valor da Margem Líquida apurada em 2001 é

- a) inferior ao apurado em 1999.
- b) o maior dos três períodos.
- c) 10% maior que o do ano 2000.
- d) igual ao apurado no ano de 1999.
- e) superior em 30% ao de 2001.

25- O prazo médio de recebimento de clientes em 2000 é:

- a) 10 dias
- b) 12 dias
- c) 13 dias
- d) 14 dias
- e) 16 dias

26- O prazo médio de renovação dos estoques em 2001 é:

- a) 10 dias
- b) 12 dias
- c) 13 dias
- d) 14 dias
- e) 16 dias

27- Se, em 1999, a quantidade de ações emitidas pela empresa fosse de 100.000 ações, o valor do lucro por ação seria:

- a) 0,080
- b) 0,075
- c) 0,070
- d) 0,065
- e) 0,060

28- Se, em 1998, o total do ativo fosse 95.000 e os valores dos ativos médios no período analisado fossem:

1999	2000	2001
119.500	173.500	210.000

os totais dos ativos de cada um dos anos seriam

	<u>1999</u>	<u>2000</u>	<u>2001</u>
--	-------------	-------------	-------------

29- A rentabilidade do investimento total para os anos de 2000 e 2001 é:

	<u>2000</u>	<u>2001</u>
--	-------------	-------------

30- O Retorno sobre o investimento de 2000 é:

- a) 8%
- b) 7%
- c) 6%
- d) 5%
- e) 4%

31- O procedimento de registro contábil da reavaliação de ativos afeta o grupamento patrimonial denominado:

- a) passivo
- b) circulante
- c) realizável
- d) exigível
- e) permanente

32- Uma empresa efetua a reavaliação de seus ativos, lançando em sua contabilidade a crédito de Reserva de Reavaliação o valor de R\$ 2.000.000,00. Indique qual o procedimento contábil que a Cia. Alvorada, detentora de 80% do capital total dessa empresa deverá adotar.

- a) Apenas evidenciar esse evento em notas explicativas na ocasião em que ocorrer a publicação de suas Demonstrações Contábeis.
- b) Evidenciar sucintamente o fato no relatório da diretoria, como um evento subsequente, já que não ocorrerá alteração patrimonial imediata na investidora.
- c) Debitar na conta Resultado de Equivalência Patrimonial o valor correspondente ao percentual de participação na investida.
- d) Efetuar o lançamento desse evento a débito de Participações Societárias e a crédito da conta Reserva de Reavaliação.
- e) Efetuar um lançamento a crédito de conta de resultado, reconhecendo de imediato um ganho com investimentos.

Dados para a resolução das questões de números 33 a 36.

Por decisão interna do grupo de empresas comandado pela Cia. Toda Cor, as operações de venda de produtos, mercadorias ou serviços, quando realizadas entre empresas do conglomerado, são efetuadas com margem bruta de 20%. No exercício de 2001 a Cia. Azul vende a prazo, para a controladora do grupo, estoques de mercadorias no valor de R\$ 500.000,00.

Sabe-se que ao final do exercício permaneciam, ainda, nos ativos da compradora 40% desses estoques.

33- Nos procedimentos de consolidação, a conta de CMV deve ser ajustada por um lançamento de

- a) débito no valor de 700.000.
- b) débito no valor de 460.000.
- c) crédito no valor de 300.000.
- d) crédito no valor de 460.000.
- e) débito no valor de 300.000.

34- O valor do resultado não-realizado identificado nos estoques da investidora é:

- a) 160.000
- b) 120.000
- c) 100.000
- d) 80.000
- e) 40.000

35- Na Demonstração de Resultado Consolidada, o valor a ajustar na receita de vendas é:

- a) 200.000
- b) 300.000
- c) 500.000
- d) 600.000
- e) 900.000

36- Na Demonstração de Resultado Consolidada, o valor do CMV a ser considerado é:

- a) 200.000
- b) 240.000
- c) 300.000
- d) 400.000
- e) 460.000

37- Nos procedimentos de análise das demonstrações financeiras de empresas do setor comercial são considerados itens dos passivos financeiros:

- a) provisões trabalhistas, impostos diretos a recolher, dividendos a pagar e títulos a pagar.
- b) adiantamento de clientes, empréstimos de coligadas e controladas, despesas antecipadas.
- c) obrigações com coligadas e controladas e financiamentos bancários de curto e longo prazo.
- d) duplicatas descontadas, encargos financeiros a vencer, títulos a pagar e adiantamento de clientes.
- e) fornecedores, adiantamento de clientes, contas a pagar e empréstimos bancários de longo prazo.

38- A Cia. Aurora, querendo expandir seus negócios, apresenta uma proposta de financiamento ao Banco ABC S/A no valor de 1.200. Por decisão da diretoria de financiamento dessa instituição financeira só serão concedidos empréstimos até o limite máximo de 80% de endividamento de seus clientes. A empresa não tem nenhuma possibilidade de alterar a sua riqueza própria, e seu patrimônio tem a seguinte composição:

Ativo	500	Passivo	300
		Patrimônio Líquido	200
Total	500	Total	500

Nestas condições, indique qual o valor máximo de empréstimo que a diretoria do Banco poderá conceder a esse cliente.

- a) 100
- b) 300
- c) 500
- d) 700
- e) 1.000

39- O índice que mede a capacidade da empresa de saldar todos os seus compromissos é denominado:

- a) liquidez geral
- b) rentabilidade operacional
- c) alavancagem financeira
- d) retorno do passivo
- e) nível de endividamento

40- Quando o retorno produzido pelo capital de terceiros for superior ao custo financeiro da sua captação, pode-se afirmar que nesse caso ocorreu um(a)

- a) imobilização baixa de recursos próprios.
- b) baixo nível de endividamento.
- c) margem líquida superavitária.
- d) alavancagem financeira favorável.
- e) resultado operacional negativo.

41- A escolha da hipótese que resulte em menor patrimônio líquido quando se apresentarem opções, igualmente aceitáveis diante dos demais princípios Fundamentais de Contabilidade, refere-se ao princípio da

- a) materialidade
- b) consistência
- c) integridade
- d) prudência
- e) entidade

42- O reconhecimento da valoração de estoques vinícolas, em decorrência da ação do tempo, está ligado ao princípio contábil do(a):

- a) Realização da Receita
- b) Competência de Exercício
- c) Continuidade de Exercício
- d) Entidade Contábil
- e) Custo como Base de Valor

43- As estimativas contábeis que requerem o seu julgamento, na determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis são de responsabilidade do:

- a) administrador
- b) auditor independente
- c) auditor interno
- d) acionista
- e) contador

- 44- A carta de responsabilidade da administração deve ser emitida com a data do(a)
- a) período findo a que se referem as demonstrações contábeis.
 - b) último dia do trabalho de campo do auditor independente.
 - c) publicação das demonstrações contábeis.
 - d) parecer do auditor independente.
 - e) entrega do parecer à administração.
- 45- O auditor independente somente deverá divulgar, a terceiros, informações sobre a entidade auditada ou sobre o trabalho por ele realizado quando, por escrito,
- a) outros auditores ou partes relacionadas requisitarem.
 - b) o sócio responsável pela emissão do parecer autorizar.
 - c) os acionistas da entidade auditada requisitarem.
 - d) a administração da entidade auditada autorizar.
 - e) as partes relacionadas ou credores da entidade requisitarem.
- 46- Entre uma das informações prestadas pelo auditor independente, ao Conselho Regional de Contabilidade, até 30 de junho de cada ano, está incluída a relação
- a) de clientes cujos honorários representem mais de 10% do seu faturamento anual.
 - b) dos 10 maiores clientes em termos de faturamento e valor de patrimônio líquido.
 - c) de clientes cujos honorários representem mais de 5% do seu faturamento anual.
 - d) de seus clientes cujos pareceres emitidos mereceram ressalva ou abstenção de opinião.
 - e) de clientes cuja administração esteve envolvida no exercício anterior em atos ilegais.
- 47- Os testes substantivos de auditoria dividem-se nas seguintes categorias:
- a) de observância e de transações e saldos.
 - b) de revisão analítica e de observância.
 - c) de partes relacionadas e eventos subsequentes.
 - d) de contagem e procedimentos analíticos.
 - e) de transações e saldos e de procedimentos analíticos.

48- A seleção casual de dados para fins de testes de auditoria consiste em selecionar

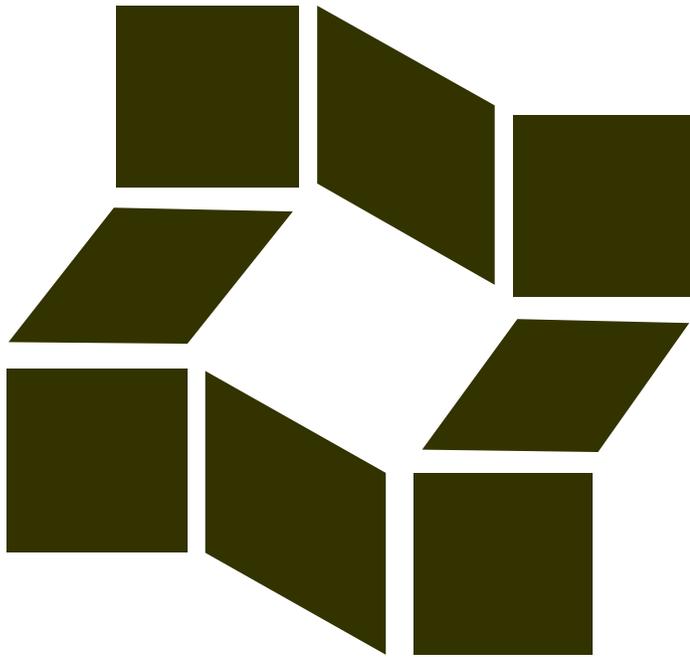
- a) de forma aleatória os dados a serem testados.
- b) observando um intervalo constante entre os itens da população.
- c) a critério do auditor com base em sua experiência profissional.
- d) indagando aos administradores quanto aos itens mais relevantes.
- e) pela materialidade dos itens a serem testados.

49- O planejamento de auditoria deve ser revisado e atualizado

- a) ao final de cada trabalho de campo.
- b) no início do ano, baseando-se no planejamento anterior.
- c) no início de cada trabalho de campo.
- d) sempre que novos fatos o recomendarem.
- e) quando a administração informar fatos relevantes.

50- A discordância com a administração da entidade a respeito do conteúdo ou forma de apresentação das demonstrações contábeis conduz o auditor ao seguinte tipo de parecer:

- a) com ênfase ou opinião negativa.
- b) com ressalva ou abstenção de opinião.
- c) com ressalva ou parágrafo de ênfase.
- d) com abstenção de opinião ou ressalva negativa.
- e) com abstenção de opinião ou adverso.



ESAF